

## **EIXOS FILOSÓFICOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A VISÃO DE EDUCAÇÃO E A VISÃO DE SOCIEDADE**

Claudinéia Leandro  
Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Londrina  
claulea23@hotmail.com

Adreana Dulcina Platt  
Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina  
adplatt@uel.br

### **Resumo**

Este trabalho tem o propósito de socializar os resultados da pesquisa de iniciação científica que versa sobre a concepção de Projeto Político Pedagógico a partir do estudo de dois importantes eixos filosóficos que fundamentam a própria construção do cotidiano escolar, a saber, a visão de educação e visão de sociedade. Nosso primeiro pressuposto destaca a racionalidade moderna que historicamente propôs a instrumentalização dos espaços escolares numa lógica de planificação. O estudo destaca os movimentos que culminam com a reabertura política e a sistematização de leis desde o fim da década de 80 (séc. XX) como elementos que deliberam sobre uma proposta superativa e dialógica ao modelo de planificação administrativa escolar. A gestão educacional contemporânea se revestirá da construção de um projeto popular e democrático, orientando-se pelo compromisso descrito no Projeto Político-Pedagógico descritivamente em cada um dos eixos fundamentais enquanto valor a ser conquistado nas ações escolares empreendidas.

**Palavras-chave:** Currículo - Projeto Político Pedagógico – Visão de Educação e Visão de Sociedade

### **Introdução**

A análise do processo educacional exige rigores científicos ao recorte dado no tempo e espaço de determinada categoria, permitindo o estudo mais detido da realidade interrogada. As questões pertinentes ao Currículo e a construção do Projeto Político Pedagógico indelévelmente nos reporta a lógica de Estado quanto a construção de sua agenda social, política e econômica, com o objetivo de verificar a resposta aplicável. Espera-se que esta (resposta)

possivelmente denuncie os valores perseguidos por este Estado para o esforço de formação e desenvolvimento da nação.

Quando nos propomos ao estudo do Currículo e da Proposta Político-Pedagógica enquanto instrumentos a serviço da construção de uma rotina escolar, descobrimos a impossibilidade de nortear tal tema no plano da realidade sem o acesso ao lastro histórico que evidencia um passado recente de gestões autoritárias e de políticas educacionais comprometidas com o projeto fabril (capitalista) de formação humana. A investigação as categorias deste estudo acompanha, portanto, a necessária revisitação histórica aos procedimentos que conduziram a estrutura educacional moderna (principalmente a ocidental, e com destaque a brasileira) a um modelo de gestão educacional descrito segundo as bases da administração científica, e, portanto, comprometida com a otimização de resultados segundo a lógica do capital/da empresa.

Segundo este percurso é possível verificarmos a força e o caráter superior que os eixos filosóficos possuem quando descritos e sistematizados no Projeto Político-Pedagógico, objetivando a constituição de um programa de gestão verdadeiramente democrático e participativo em oposição às práticas que marcam períodos anteriores.

A descrição aos eixos sobre a “visão de educação” e “visão de sociedade” prevê o desvelamento de um compromisso com esta história de lutas e conquistas que encharca a construção da escola cidadã que queremos.

### **(A falta do) Sistema Educacional Brasileiro: da administração científica voltada à educação à gestão democrática da escola**

Para Saviani (2000) e Beisegel (1982) não existe sistema de ensino no Brasil. O que a história da educação brasileira demonstra é o registro de uma “estrutura” que comporta um volume inicialmente improvisado de teorias, métodos e técnicas importadas e violentamente adaptadas aos saberes aqui elaborados, não contemplando os anseios da sociedade aqui constituída em prol de um projeto qualitativo de formação humana.

Conforme Gentili (1993, p. 234) esta não é uma exclusividade brasileira pois na verdade, toda a educação moderna está subjugada a um projeto de “racionalidade” que possui identidade marcada pelas necessidades atávicas da sociedade do capital. Este autor compreende que sem o lastro de uma autonomia nacional, por meio da qual os sujeitos se identifiquem com as reflexões e ações que afirmem nossa soberania diante dos dilemas trazidos

pela conjuntura internacional, aplaudiremos a consagração da perda de “direitos sociais e políticos” além do questionamento sobre a noção de “cidadania” que objetivamente são consideradas categorias caras e pertinentes ao campo educacional.

O pensamento educacional moderno orientado por uma ordem economicista sempre foi um dos interessantes dilemas enfrentado pela área de Políticas e Gestão da Educação. Importantes autores continuamente denunciam este perigoso enlaçamento e sua repercussão para a formação social brasileira e internacional, de forma ampliada (SAVIANI (2003), (1995); FRIGOTTO (1993); GENTILI (1993); SHIROMA, MARCONDES, EVANGELISTA, (2002); entre outros). Mészáros (2005, p. 15 e 16) objetivamente alerta os resultados desta nefasta comunhão de interesses diversos (educação e capital):

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista (...). Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema. (...). No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria.

Estrategicamente a complexidade social permite a sistematização dos processos formativos que puderam se constituir enquanto procedimentos sempre em vista a transmissão e assimilação dos saberes de uma forma objetivamente epistêmica, configurando-lhe, da mesma forma, num corpo de saberes especializados que permitem o trato de sua complexidade através de uma lógica instrumentalizada, porém não mecânica.

O modelo industrial inicialmente fordista, no entanto, repercute sensivelmente na ordem social moderna ultrapassando os muros das fábricas e dialogando com as instituições formativas implicando na reestruturação dos processos de “ensinar” e “aprender”, assim como em toda a lógica da construção da rotina escolar, sempre numa percepção alienada aos procedimentos fabris e orientada pelos valores de otimização do capital.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses

dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma 'internalizada' (...) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (MÉSZÁROS, idem, p. 35 - grifos no original).

Os princípios da administração científica encerram em si, a forma e o conteúdo que constituirá a rotina escolar, principalmente no Brasil até o fim da década de oitenta quando após a promulgação da Carta Magna (Constituição de 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96, a nação vislumbra outras possibilidades de gestão pública a partir da abertura democrática enquanto princípios ventilados pela Constituição Cidadã. Exatamente na formação de uma escola cidadã encontrar-se-á o motor de amplos movimentos que repercutem em todo o Brasil para a materialidade desta proposta (SILVA, 2000).

Troca-se a veste. Ao invés de processos pedagógicos métricos e somativos, opera-se a construção de projetos formativos que visem a qualificação dos discursos de base dialógica e democrática.

O ideário implantado prevê a formação colegiada dos níveis decisórios nas instituições de ensino, comprometendo os diversos sujeitos que participam da rotina escolar na construção da identidade escolar brasileira que desponta. É a pauta da gestão democrática que surge tímida, mas urgente. A liberdade enquanto princípio constitucional e soberano da nação implicará na forma de gestão participativa e democrática enquanto dispositivo controlado agora pelos pares em interesse de uma formação cidadã e comprometido com os novos desígnios da nação.

De acordo com Veiga (2005) esta liberdade traduzida na escola se denomina "autonomia de gestão", sendo que devemos considerá-la "relativa" uma vez que na atualidade a escola amplamente se submete a uma hierarquia personificada no corpo do Município, Estado e Governo Federal. Para a autora, no entanto, (idem) há relatos vitoriosos de Municípios e Estados onde se verifica a conquista da autonomia pela rede de ensino, por meio da qual cada unidade passa a gestar as verbas destinadas a pasta, inclusive com chamadas públicas de licitação dirimindo o tempo de resposta das necessidades sempre prementes. Porém, esta será uma conquista que não deve ser visualizada de forma generalizada uma vez que representa uma amostra extremamente tímida do complexo universo educacional brasileiro, demonstrando, outrossim, as gritantes diferenças/as marcas da desigualdade conformadas no país.

## **Gestão escolar**

De acordo com Veiga (2005) a gestão escolar destaca-se na orientação político-pedagógica e administrativa da construção de uma rotina educacional por meio de dois pontos centrais: a localização da unidade de ensino enquanto instituição social, destacadamente quanto ao seu espaço físico, orientação financeira, seus recursos humanos e materiais dentre outros, O outro ponto destaca as funções pedagógicas da escola, envolvendo a ação do planejamento, a organização dos objetivos anuais/semestrais/semanais e outros, alcançando os elementos que explicitam a forma de participação dos pais/comunidade escolar ao processo de gestão, etc.

Não há de se falar em gestão escolar sem a enunciação ao Currículo de formação humana que desvela todas as atividades da unidade de ensino voltadas ao compromisso nuclear de transmissão e assimilação de saberes sistematizados (epistêmicos) (SAVIANI, 1995).

A gestão escolar, segundo os estatutos que revestem a modernidade tem seu lastro na pauta do Estado de Direito obrigando as nações a se comprometerem numa administração pública de sentido compartilhado, onde os agentes se co-responsabilizam na construção da pauta político-pedagógica e administrativa. Esta expectativa tem se difundido no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988 (denominada de “Constituição Cidadã”) e em especial pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/06, obrigando ao longo deste tempo a adequação da estrutura educacional de Estados e Municípios ao que versa a legislação.

## **Projeto Político Pedagógico (PPP) e seus eixos filosóficos**

Segundo Veiga (2005) o Plano Político Pedagógico (PPP) busca um rumo uma direção, sendo um projeto político visando à formação do cidadão não é um simples agrupamentos de planos de ensino e de atividades diversas, ele é constituído e vivenciado em todos os momentos, por todos envolvidos, mostrando o que será feito no processo educativo da escola, visando à organização de toda equipe escolar garantindo todo o processo do aluno e o seu desenvolvimento quanto cidadão, sendo um processo

permanente de reflexão e discussão, busca alternativas para melhorar o âmbito escolar, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias na escola, diminuindo as diferenças hierárquicas, tornando um ser político, aonde irá se formar um sujeito capaz de exercer suas funções, exercendo seus direitos e deveres na sociedade deixando de ser um homem muitas vezes alienado, a construção de PPP por algumas etapas:

**Análise da situação:** analisar a situação pessoal e escolar do aluno, se possível de outras escolas em que ele estudou comparando as, vendo as condições financeiras, vendo a possibilidade de trabalhar em conjunto com a comunidade.

**Definir objetivos:** analisar a prática educativa que poderá ser feita de acordo com a realidade do aluno com a da escola.

**Escolha das estratégias:** analisar quais os pontos bons e ruins da escola, ver quais podem ser melhorado, sem o auxílio da comunidade, e os que precisam, dando prioridade ao mais necessário, essas e outras atividades devem ser acompanhadas e reavaliadas sempre.

O PPP tem sido motivos de estudos por parte de professores, pesquisadores, buscando a melhoria da qualidade do ensino. A escola é um lugar de realização, avaliação, devendo organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos.

O intuito da construção do Projeto Político Pedagógico tornar a escola um lugar de debate, discussões, diálogo fundamentada na reflexão sobre a sociedade, onde atue e em ações que promovam a atenção da realidade dentro do possível.

O Plano Político Pedagógico tem a função de desenvolver a educação básica qualitativa (ou seja, visa uma escola de qualidade, visando também à economia à expectativa é que os alunos ao entrar no âmbito escolar se desenvolvam por igual, a escola deverá ter acesso permanente de chegada e de partida, ou seja, quando os alunos entram na escola traz consigo certa bagagem transmitida pelos pais e familiares, sendo esses familiares com maior ou menor grau de conhecimento e valores, a perspectiva esperada da escola é que esses alunos durante o processo de formação tenham o mesmo conhecimento que o outro independente de seu âmbito social e classe econômica, sendo ao final de seus estudos possam a vir competir igualmente por uma vaga de emprego, na universidade etc), a escola é vista como uma instituição de prestação de serviços sendo os alunos e pais os clientes.

Conforme Veiga (2005) um PPP busca um rumo, uma direção com um propósito intencional definido coletivamente por decisões democráticas

pelos envolvidos no processo educativo da escola, visando uma homogeneização do processo pedagógico.

O PPP tem o intuito de suprir as necessidades da escola, ou seja, dimensão pedagógica e a escola suprir o anseio da comunidade dimensão política e isto é um processo permanente através de reflexões e discussões dos problemas da escola de forma a torná-la autônoma e de qualidade.

De acordo com Veiga os princípios norteadores do PPP são:

**Igualdade:** de condições para acesso de permanência na escola.

**Qualidade:** não pode ser apenas privilégio de minorias econômicas e sociais, mas sim para todos.

**Gestão democrática:** é um princípio consagrado pela Constituição Vigente que abrange as decisões pedagógicas administrativas e financeiras.

**Liberdade:** associado a ideia de autonomia, princípio constitucional, realizando os trabalhos, as ações como a reforma e a pintura da escola dentre outros, tendo por base autonomia sem a interferência do Estado.

**Valorização do magistério:** com más condições de trabalho e remuneração, que os governantes passam a investir mais na formação de professores dando lhes melhores salários, sendo ao entrar na universidade os cursos para professores tem sido uma das ultimas opções, mesmo assim muitos quando formados acabam não exercendo a profissão.

Para construção do PPP deve se compreender a organização do trabalho pedagógico como também saber se é possível a implementação desse na escola. Esta construção pode ser apontada por alguns elementos básicos sendo eles:

**Finalidade da escola:** tem a finalidade de transmitir o conhecimento formal, preparando para viver no âmbito social o individuo e preparar para o trabalho.

**Estrutura organizacional:** possui dois pontos a administrativa, sendo a gestão, recursos humanos físicos e financeiros, o edifício, material didático etc e a pedagógica abrange a função educativa e determina a ação educativa.

**O currículo:** busca a transmissão e assimilação do conhecimento que se apresenta todo o aprendizado do aluno, compreende

todas as atividades apresentadas pelos alunos, todas as matérias transmitidas para determinado grau, planejamento da escola, o currículo na comunidade escolar serve para promover uma reflexão, na elaboração do currículo passa por quatro pontos básicos.

O primeiro é de que ele não é neutro, transmite uma determinada cultura do conhecimento escolar que implica na análise crítica e interpretativa do indivíduo.

Segundo não pode de forma alguma separar nem fugir da perspectiva da sociedade.

Terceiro aqui ainda não há falta de comunicação entre as disciplinas, devendo organizar o currículo escolar de forma que as disciplinas não venham ser individuais, sendo que uma não seja mais importante que a outra, mas ambas tenha ligação, pois todas as matérias são importantes na vida do aluno.

Quarto trata da questão social, sendo que toda visão da sociedade regras, normas são passados, aos alunos no âmbito escolar o currículo escolar tem o papel de conformar o indivíduo, conforme o que ele é, ou seja, que todos tenham o mesmo comportamento se conformando com as diferenças socioeconômicas, tratando a escola todos por igual, o currículo manifesta em três:

O formal aquele estruturado pela escola com suas metas e objetivos com o intuito de transmissão e assimilação do aluno.

O oculto sendo o que ocorrem em sala proveniente das discussões, entre os professores e alunos devido o meio cultural de cada um, tendo cada um determina bagagem de saber vinda do meio social.

O real em que se transmitem os projetos pedagógicos compreendendo a elaboração dos planos de ensino pelos professores.

**O tempo escolar** o processo de decisão, as relações de trabalho demanda do tempo, com início e o término do ano letivo, prevendo as férias, feriados, as datas das avaliações, entre outros as horas aulas são iguais, algumas tem peso maior e muitas matérias são vistas com menos importância por ter menos aula,

**Processo de decisão** fluxo das tarefas, das ações e principalmente das decisões sendo orientado por procedimentos, devendo haver uma distribuição de poder descentralizado e que todos tenham participação na escola, sendo a melhor forma para não haver uma competição

eleições, com participação de alunos, colegiados, pais professores, havendo sempre uma avaliação da administração do pessoal eleito.

**Relações do trabalho** atitudes de solidariedade e de participação coletiva, em uma instituição todos devem estar ligados devendo um colaborar com o outro caso haja necessidade, principalmente no âmbito escolar, pois a escola é onde se passa princípios, de coletividade recíproca e não de rivalidade, não há a necessidade de se ter uma hierarquia, um dando ordens no serviço do outro, sendo aí que acaba gerando conflitos, tensões, rivalidade, muitas vezes acaba refletindo até mesmo com os alunos, não bastando as rivalidade que as vezes já existem entre alunos, acaba tornando um ambiente de convívio difícil.

### **Visão de sociedade**

De acordo com Sônia (2000) a visão de sociedade, é fundamenta na lei, sendo que a sociedade sempre existiu, pois um depende do outro sendo que um indivíduo não consegue viver sozinho isolado por muito tempo precisando se comunicar e interagir com os demais até mesmo pela questão de sobrevivência e como os demais animais pela preservação da espécie, a sociedade se desenvolve a partir do meio e época seguindo as mesmas normas em comum, em que vive sendo os princípios de cidadania passada para os alunos, baseando na preparação do intelecto e do moral, assim podendo assumir sua posição na sociedade de que venha ter uma visão crítica, conhecendo sua realidade, tendo como ponto primordial a formação dos cidadãos para que eles venham serem sujeitos críticos, participativos conhecendo os problemas e compreendendo a sua realidade as desigualdades sociais que o cerca conforme a realidade em que vivem, buscando supera-los através dos saberes adquirido a ser transmitidos de acordo com cada idade se adaptando ao interesse do individuo, visando também à diversidade da cultura e de toda a comunidade escolar, sendo que a forma de viver e de pensar é diferente de cada um, para que possam trocar experiências tornando assim seres democráticos exercendo sua cidadania.

### **Visão de educação**

Segundo dicionário Aurélio (1991) educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano visando a sua integração individual e social, ou seja, um ambiente educacional de qualidade que tenha a interação dos professores com os alunos, excelente aprendizagem buscando o desenvolvimento a competências, expectativas futuras para os alunos, sendo que devemos estar numa constante educação aprendizagem, pois não existe educação sem aprendizagem, a educação visa formar um individuo crítico, capaz de se auto avaliar, podendo ele por si mesmo através das suas atitudes, avaliar sobre o que esta fazendo, analisar se

está certo ou errado e vilificar como poderá prosseguir, não só esperar pelo professor, tomando decisões e vendo qual é o melhor passo a ser tomado, e que suas dificuldades se torne uma forma para melhorar e buscar aprender mais os conteúdos ao qual tenha dificuldades é preciso desenvolver habilidades, tendo responsabilidades de quando não estiver no âmbito escolar continuar a buscar a analisar, compreender, indagar continuar no anseio de seu aprendizado, pois não é só na escola que aprendemos a escola nos dá a base o restante teremos que buscar, o professor é como um mediador dando-nos as instruções para que nós tenhamos autonomia para irmos buscar o complemento.

Para (Sônia, 2000) a escola deve ser Escola - Sociedade, sendo que devesse levar os alunos a compreender o mundo e cumprir os deveres da sociedade e a comunidade devesse contribuir com a educação, ou seja, se interar mais com os acontecimentos da escola e ajudando seu filho, a esperança é de que uma educação de qualidade a criança possa se tornar homens de valores podendo reparar o mal do mundo social, sendo que a regeneração social só devesse ser feita através da escola. Para a sociedade a educação tem o papel de socializador, sendo sua função básica de formar o indivíduo para o mercado de trabalho e integra-lo na sociedade, vendo a educação como um instrumento de mudança social realizando a partir desta uma sociedade democrática.

De acordo com (Sônia, 2000) pela família é um ambiente mal regulado é melhor o indivíduo adquirir seus conhecimentos através da educação formal, na educação os conceitos de valores visam o ensino da valorização da cultura geral do ser humano já formado tendo como modelo.

Para (Sônia, 2000) valorização dos professores como mediador, tendo seu devido valor reconhecido, valorização das disciplinas tendo como base uma realidade moral, valorizando o aluno que anseia em aprender, que confronta, o aluno devesse ser motivado ativo que ele por si só venha buscar seu conhecimento, através dos exercícios proposto pelo professor, não adiantando ele ficar esperando uma resposta do professor, mas sim buscar indagar mesmo que não chegue à resposta pelo menos ele tentou o aluno não pode ter medo de errar, pois é com os erros que mais se aprende, pois podemos reavaliar, e tentar achar uma resposta para nossos erros.

Valorizar os conteúdos apreender verdadeiramente os conteúdos, em outras palavras domina - los para que venha fazer parte de nossa vivencia e não somente por um determinado tempo e logo após a prova dada, se esquecer de tudo.

Para (Sônia, 2000) os alunos devem valorizar e preservar os conteúdos culturais transmitidos a eles, pois a cultura de cada sociedade deve

ser passada de geração para geração não devendo se perder no meio do caminho, pois caso se perca nossos filhos, netos, bisneto não saberá como se constituiu a nossa cultura social, dando ênfase na relação educação – sociedade, qualificando a educação para que ela venha ser um fator que possa ocasionar mudanças transmitidas por valores e conhecimentos que serão indispensáveis para uma determinada sociedade, visto que para muitos os valores tem se perdido ao longo de gerações, deve se dirigir a imaginação da criança, dos sentimentos das atividades para que se tenha evidência da criança como sujeito e não como objeto ação educativa. Deve se valorizar o ensino voltado para a existência humana. Valorizando também os conteúdos ligados ao mundo do aluno, e o aluno enquanto sujeito.

### **Considerações Finais**

A compreensão dos dilemas educacionais na contemporaneidade nos exigiu um estudo mais aproximado das origens estruturais da educação. A organização da escola ocidental moderna tem seus princípios voltados à otimização de resultados segundo a racionalidade científica de tipo empresarial que surge com grande vigor. A convivência da instituição educacional com os estatutos administrativos promoveu indeléveis níveis de desqualificação do projeto inicial de formação humana voltada a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária. Apenas com a reorientação das nações ao compromisso de um Estado de Direito é que vislumbramos o surgimento de uma pauta que exige a co-responsabilização dos diferentes setores da sociedade civil organizada em assuntos antes delegados aos regimes de governo. A novidade da gestão democrática e participativa da escola permitiu a ampliação dos níveis de compreensão aos diferentes agentes escolares sobre os eixos que nortearão o caminho da escola para uma formação mais próxima dos anseios populares. A “visão de sociedade” e a “visão de educação” são dois importantes norteadores que desvelam quais as decisões da rotina político-pedagógica e administrativa que responderão pelo objetivo (finalidade) delimitado pelo coletivo escolar.

### **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, José C. de. “Escola cidadã: construção coletiva e participação popular”. In: SILVA, Luiz, H. da (org.) *A Escola Cidadã no contexto da globalização*. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

- BEISIEGEL, Celso de R. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.
- FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia Ângela (orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da Organização do trabalho Pedagógico e da Didática*: Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Delírios da Razão (Crises do capital e metamorfose). In GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão (crítica ao neoliberalismo em educação)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. Disponível em:[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_sonisvaldo\\_souza\\_ribeiro.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_sonisvaldo_souza_ribeiro.pdf)> acesso em 23/03/12
- GENTILI, Pablo. *A complexidade do óbvio: a privatização e seus significados no campo educacional*. In: SILVA, Luiz Heron da. *A escola cidadã no contexto da globalização*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HOLANDA, Aurélio Buarque. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. RJ. Ed. Nova Fronteira. 6 ed.1991.
- LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SAVIANI, Demerval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 8 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 12 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 5 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.
- SILVA, Sônia Aparecida. *Valores da Educação*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- VEIGA, Ilma A. Passos. *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. 19 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Escola: espaço do projeto político pedagógico*. 4 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.